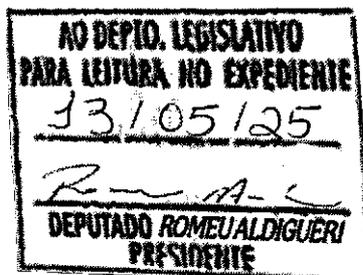




**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO



MENSAGEM Nº 9370, DE 12 DE Maio DE 2025.

Senhor Presidente,

Submeto à elevada consideração dessa Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e votação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que **“CRIA O HOSPITAL E MATERNIDADE DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR (HPM)”**.

A criação do Hospital e Maternidade da Polícia Militar do Ceará José Martiniano de Alencar representa um compromisso de Governo e marco histórico na política de saúde voltada ao atendimento dos militares estaduais, com a consolidação de uma estrutura especializada e adaptada às necessidades específicas desses profissionais, fazendo face às intercorrências próprias da atividade. Essa medida não apenas promove melhores condições de atendimento, mas também fortalece a valorização e o cuidado contínuo com aqueles que desempenham um papel essencial na segurança pública do Estado.

Ao proporcionar assistência médica mais eficiente, ágil e direcionada, o Estado reafirma o seu compromisso com a valorização, a dignidade, o bem-estar e a qualidade de vida dos militares estaduais e de seus dependentes, reconhecendo a dedicação e os desafios enfrentados no exercício da profissão. Além disso, busca-se assegurar maior eficiência e agilidade no atendimento das demandas, oferecendo suporte médico adequado à realidade dos militares, por meio de um acompanhamento contínuo e preventivo da saúde.

A presente proposição, pois, fortalece a assistência à saúde dos militares estaduais e de seus familiares, com a disponibilização de um equipamento que garantirá um atendimento especializado, humanizado e de excelência a esses profissionais, dando a segurança de que precisam para o enfrentamento dos desafios inerentes à função.

Convicto que os ilustres Membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio à presente proposição, solicito de Vossa Excelência emprestar a sua valiosa colaboração no encaminhamento desta matéria, de modo a tramitá-la, dado o seu relevante interesse.

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACIEL MORAES em 07/05/2025, às 17:38 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de Junho de 2021.

SUITE

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8007-3288-937B-78E5.



No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes Pares, protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

**PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos  
de de 2025.

*Elmano de Freitas da Costa*  
**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

**A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Romeu Aldigueri de Arruda Coelho  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Ceará**

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 07/05/2025, às 17:38 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8007-32B8-937B-78E5.



## PROJETO DE LEI

### CRIA O HOSPITAL E MATERNIDADE DE DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ JOSÉ MARTINIANO DE ALEN CAR (HPM).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

**Art. 1º** Esta Lei cria o Hospital e Maternidade da Polícia Militar do Ceará José Martiniano de Alencar (HPM), com a mudança de denominação do Hospital e Maternidade José Martiniano de Alencar (HMJMA), o qual deixa a estrutura organizacional da Secretaria da Saúde - Sesa e passa à da Polícia Militar.

§ 1º Constitui objetivo geral do HPM garantir assistência à saúde dos militares estaduais e de seus dependentes, com ampliação da estrutura e do atendimento especializado.

§ 2º O HPM poderá prestar serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na forma de convênio ou instrumento congêneres celebrado com a Sesa.

§ 3º Na hipótese do §2º, deste artigo, a Sesa constituirá comissão específica encarregada do monitoramento dos serviços prestados para o SUS, zelando por sua conformidade com a legislação de regência.

**Art. 2º** O HPM será vinculado administrativamente à Diretoria de Saúde (DS), unidade integrante da estrutura organizacional da Polícia Militar.

**Parágrafo único.** São competências específicas do HPM:

- I – prestar atendimento de média complexidade em saúde, adequados às necessidades de militares estaduais e seus dependentes;
- II - desenvolver fluxos específicos para atender as necessidades de saúde de militares estaduais e seus dependentes;
- III – articular ações em conjunto com órgãos da rede de saúde pública estadual, quando necessário, visando garantir a continuidade, a integralidade e o aperfeiçoamento dos seus serviços;
- IV – promover a capacitação e o treinamento de profissionais de saúde para o cumprimento adequado de suas finalidades institucionais;
- V- celebrar parcerias e praticar atos administrativos buscando sustentabilidade financeira para ampliação e a manutenção do serviço hospitalar.

**Art. 3º** O HPM prestará serviços de saúde a todos os militares estaduais e a seus dependentes:

§ 1º São considerados dependentes para fins desta Lei:

- I - o cônjuge ou o(a) companheiro(a);
  - II - o ex-cônjuge ou o(a) ex-companheiro(a), desde que pensionado com alimentos;
  - III - o filho menor de 21 (vinte e um) anos, não emancipado, ou menor de 24 (vinte e quatro) anos, que comprove ser estudante universitário;
  - IV - o filho inválido, que comprove ser acometido de invalidez ocorrida até sua maioridade.
- § 2º O atendimento pelo HPM poderá ser estendido aos demais servidores da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS e suas vinculadas, além de seus dependentes, seguindo a regra do §1º, deste artigo, conforme estudo e planejamento financeiro e orçamentário.

**Art. 4º** Decreto do Poder Executivo disporá sobre a organização administrativa e a distribuição de cargos no HPM.

§ 1º Os servidores da Sesa em exercício no HMJMA, na data de publicação desta Lei, ficam, independentemente da publicação de ato, cedidos, com ônus para a origem, à Polícia Militar, cabendo àquele órgão a posterior publicação de portaria divulgando a relação de servidores envolvidos.

§ 2º Os servidores cedidos nos termos do §1º, deste artigo, gozarão dos mesmos direitos, inclusive remuneratórios, caso estivessem no desempenho de funções semelhantes em unidade integrante da rede pública estadual de saúde, competindo à Polícia Militar proceder a avaliações pertinentes a gratificações de desempenho, na forma da legislação.

§ 3º Aos agentes públicos do quadro da Polícia Militar, em exercício de atividades no HPM, fica assegurada a percepção de vantagens concedidas aos servidores da rede estadual de saúde, quando decorrente de produtividade, do local ou das condições de exercício das funções, observada a legislação correlata.

§ 4º Os cargos de provimento em comissão ou as funções de confiança vinculadas ao HMJMA integrantes da estrutura da Sesa, ficam redistribuídos à Polícia Militar.

**Art. 5º** O HPM poderá participar, na forma da legislação, de processo de registro de preço para aquisições de equipamentos e insumos sob responsabilidade da Secretaria de Saúde.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput*, deste artigo, estende-se às adesões a atas de registro de preços.

**Art. 6º** Fica garantido o acesso do HPM à central de regulação de leitos da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará para fins de transferência de pacientes do HPM para a rede de saúde estadual, conforme necessidade.

**Art. 7º** Ficam autorizadas a cessão ou a transferência à PMCE de bens móveis e imóveis, contratos, parcerias e demais instrumentos congêneres celebrados pela Sesa, para gestão do HPM, objetivando o atendimento dos fins desta Lei.

**Art. 8º** A Diretoria de Saúde da PMCE e o HPM prestarão auxílio integral à saúde física e mental do militar, auxiliando e procedendo aos encaminhamentos necessários para esse fim, inclusive para tratamento e acompanhamento em casos de adicção.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada no orçamento anual do Poder Executivo, as quais serão suplementadas, se necessário.

Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021, conforme disposto no artigo 17.38, inciso III, alínea 'a' do Estatuto do CPM, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 07/05/2025, às 17:38, horário local de Brasília - DF. Para conferir, acesse o site [https://suite.ce.gov.br/validar\\_documento\\_e\\_informe\\_o\\_codigo](https://suite.ce.gov.br/validar_documento_e_informe_o_codigo) 8007-3288-9378-78E5.

SUITE  
2021.



**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o inciso XVIII do art. 7º e o art. 13 – A da Lei n.º 15.797, de 24 de maio de 2015.

**PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

*Elmano de Freitas da Costa*  
**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 07/05/2025, às 17:38 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8007-32B8-937B-78E5.

SUITE